

RELAÇÕES DE GÊNERO NA COMUNIDADE CIENTÍFICA BRASILEIRA: ANÁLISE DO ESPAÇO OCUPADO POR MULHERES NA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC) E PLATAFORMA LATTES

Maria do Carmo F. Soares^{1*}, Juliana S. G. Lima², Maria do Rosário de F. A. Leitão³

1. Pesquisadora do Depto.de Pesca e Aquicultura da UFRPE , Recife, PE. mcfs@depaq.ufrpe 2. Pesquisadora do Depto.de Engenharia de Pesca e Aquicultura da UFS, Aracaju, SE. jsglima@gmail.com 3. Pesquisadora do Depto.de Ciências Sociais da UFRPE. rosario@dlch.ufrpe.br

Resumo: A desigualdade de gênero é uma realidade no meio acadêmico no Brasil. Esta pesquisa aborda questões relacionadas a uma sociedade científica tradicional do país e a composição dos/as doutores/as brasileiros/as, com ênfase para as áreas das exatas e da engenharia. Foi analisada a representatividade de homens e mulheres na presidência e diretorias da SBPC e nos cadastros da Plataforma Lattes. Os resultados mostram que no Brasil as mulheres têm conseguido participar em atividades C&T, conquistando o título de doutoras em diversas áreas do conhecimento, porém, ainda existem barreiras que dificultam o acesso aos cargos e posições de destaque e reconhecimento. Apesar do atual reconhecimento da desigualdade de gênero no meio acadêmico no Brasil e da existência de programas que visam a redução de tal desigualdade, ainda se constata a maior representatividade do masculino em posições acadêmicas.

Palavras chave: desigualdade de gênero, C&T, SBPC, Plataforma Lattes.

Introdução

O desenvolvimento científico e tecnológico de um país exerce grande influência sobre a sua economia. Nesse contexto, a ampliação do número de profissionais atuantes nessas áreas, sobretudo nas Engenharias e áreas de exatas, tem sido uma prioridade em diversos países. Isso ocorre devido ao reconhecimento de que a competitividade tecnológica de um país está diretamente relacionada ao seu capital humano capaz de gerar novas tecnologias. Nesse cenário global, as mulheres ainda ocupam menos espaço do que os homens. Fatores ambientais e sociais

determinam a sub-representação das mulheres na ciência e engenharias (HILL et al, 2010).

A desigualdade de gênero na ciência mundial é também refletida no Brasil. Segundo ALVES e CANENACHI (2013) o Brasil tem passado por um processo de redução das desigualdades de gênero e de desconstrução do patriarcado, o que tem estimulado a criação de ações de combate às diferenças de gênero. No meio acadêmico, em reconhecimento a essa desigualdade, foi lançado no Brasil o programa Mulheres na Ciência, com ações para promoção da paridade e de combate à desigualdade entre homens e mulheres no ambiente de pesquisa, além da ampliação da

participação feminina na produção científica e tecnológica do Brasil.

Numa perspectiva de gênero, fundamentada na teoria feminista, a presente pesquisa aborda questões relacionadas a uma sociedade científica tradicional do país e a composição dos/as doutores/as brasileiros/as, com ênfase para as áreas das exatas e da engenharia.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) foi fundada em 8 de julho de 1948, na sede da Associação Paulista de Medicina, quando se aprovou seu primeiro estatuto. Consta nesse primeiro estatuto que para atingir seus fins, deveria realizar conferências periódicas e demonstrações outras, destinadas a familiarizar o público com o trabalho científico realizado no país e no estrangeiro (Projeto Memória SBPC). A primeira Reunião anual da SBPC sob a presidência dos Professores Jorge Americano e Henrique da Rocha Lima, realizou-se em Campinas, SP, de 11 a 15 de outubro de 1948, no formato de Conferências e Simpósios. O objetivo da reunião foi o de tentar, pela primeira vez no Brasil e, talvez na América do Sul, a integração de todas as atividades científicas, em conjunto homogêneo, de maneira a facilitar troca de visitas, discussões e sugestões entre cientistas. A partir de então a Reunião Anual, maior evento da SBPC, é realizada de forma ininterrupta desde 1949, entrando para sua 68ª edição neste ano de 2016.

A Plataforma Lattes é uma plataforma virtual criada e mantida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela qual integra a base de dados de currículos, grupos de pesquisa e instituições, em um único sistema de informações, das áreas de Ciência e Tecnologia atuando no Brasil e foi inaugurada em agosto de 1999. O sistema de currículos Lattes surgiu da necessidade do CNPq de gerenciar uma base de dados sobre pesquisadores em C&T e tem o nome em homenagem ao físico paranaense César Lattes.

Nesse contexto, baseando-se no Projeto Memória da SBPC¹ e nas Estatísticas da Base de currículos da Plataforma Lattes buscou-se apresentar subsídios que propiciem uma reflexão, a partir do conceito de relações sociais de gênero, na trajetória histórica dessa associação e no atual painel de doutores/as do país, evidenciando questões referentes à participação das mulheres e incluindo o debate teórico, sobre as relações de Gênero e Ciência, com ênfase para as áreas das Ciências Exatas e Engenharia.

Algumas investigações fomentaram interesse por essa temática, por exemplo, as que visibilizaram mulheres que compõem a história da ciência no Brasil (LOPES, 1998, MELO e RODRIGUES 2006).

1. <http://www.sbpnet.org.br/site/memoria-sbpc/acervo.php>

São publicações que chamam a atenção sobre relação entre construção do conhecimento científico e práticas sociais carregadas de valores e ideologias (SILVA, 2008).

Metodologia

Os pressupostos teórico-metodológicos partem da abordagem de Joan W. Scott (1991), que define gênero como um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas em diferenças entre os sexos, sugerindo que este conceito seja utilizado como uma categoria útil de análise.

Trata-se de pesquisa documental e bibliográfica por meio de acesso ao Projeto Memória da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), assim como de consultas ao site da SBPC e as Revistas Ciência e Cultura e ao Jornal da Ciência. Informações e gráficos das Estatísticas da Base de Currículos da Plataforma Lattes também foram utilizadas.

O conjunto de dados relativos aos aspectos de gênero na presidência e diretorias da SBPC foi distribuído sob a forma de planilhas para gerarem os gráficos e permitiram acompanhar a evolução da participação das mulheres ao longo do tempo, com relação a sua atuação nesta sociedade.

A partir deste ponto e utilizando-se do conhecimento epistemológico sobre gênero,

feminismo e história do movimento em curso, algumas associações e reflexões foram realizadas.

A fundamentação teórica a partir dos textos precursores do debate “Mulheres e Ciência”, inclui: Sandra Harding, Evelyn Fox Keller, Donna Haraway, entre outras, possibilitou o diálogo com os dados coletados.

As autoras argumentam que o tema pode ser abordado a partir da perspectiva: do lugar de fala das mulheres; das hierarquias na configuração do masculino e feminino que inclui as naturalizações no que condiz ao público/privado, a razão/sentimento, entre outros; a construção das diversas histórias da Ciências. A literatura aponta barreiras ao acesso das mulheres à ciência e a tecnologia e identificaram padrões de discriminação explícitos e implícitos.

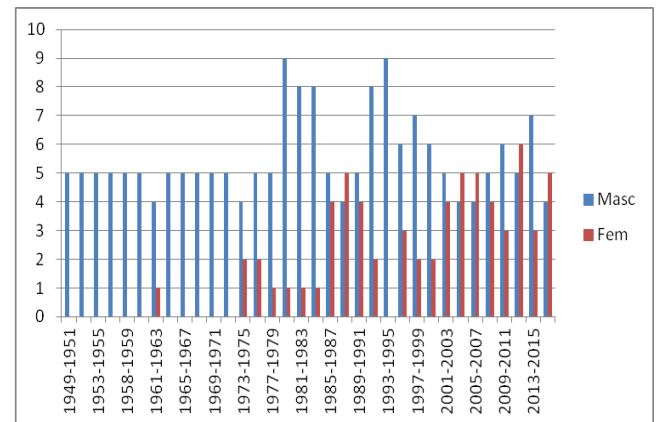
Resultados e Discussão

Analisando-se a distribuição de frequência dos membros da diretoria da SBPC, ao longo dos seus períodos de gestão, distribuindo-se por gênero, observa-se que apenas em quatro gestões as mulheres ocuparam este espaço de poder e decisão. Ressalta-se que somente na década de 1961, ingressa na diretoria, na função de secretária a primeira mulher, Olga Baeta Henriques, o que evidencia a centralização do poder masculino de 1949 a 1960.

Dentre as 34 gestões, apenas 6 (seis) foram presididas por mulheres, sendo que dentre elas, uma reconduziu o mandato por mais uma gestão e a atual presidente, por 3 (três) gestões consecutivas, configurando apenas três mulheres a ocuparem o cargo de presidente da SBPC.

Com relação aos presidentes de honra, que ao longo da existência da SBPC, já somam 28 pessoas e que se trata de um título concedido pela SBPC, por meio de seu Conselho, a pessoas de notável saber que hajam prestado relevantes serviços à causa da Ciência. Apenas uma mulher chegou a galgar a posição: Carolina Martuscelli Bori (1924-2004), que também ocupou o cargo de presidente da SBPC na gestão de 1987-1989, sendo a primeira mulher neste cargo. Graduada em pedagogia pela USP em 1947, especializou-se em psicologia educacional pela mesma universidade e fez seu mestrado em 1952, na *New School For Social Research* (NSSR) em Nova York, Estados Unidos. Doutorou-se em Psicologia pela USP em 1954, orientada por Annita de Castilho e Marcondes Cabral.

Figura 1. Distribuição de frequência, por gênero, dos membros da diretoria da SBPC e seus respectivos períodos de gestão.



Fonte Dados trabalhados a partir da SBPC

Praticamente em suas doze primeiras gestões, que compreendeu o período de 1949 a 1973, a SBPC não contou com nenhuma representante feminina em sua diretoria, exceção feita à gestão de 1961-1963, quando Olga Baeta Henriques fez parte da diretoria na qualidade de secretária. Posteriormente, em 29 de abril de 1969, Olga Baeta Henriques e seu marido Sebastião Baeta Henriques, figuraram na segunda lista de aposentadorias arbitrárias voltada contra USP (GIANNAZI, 2014).

Em relatório recente, a agência da ONU revelou que, no mundo, as mulheres representam apenas 28% do conjunto de pesquisadores. O índice se torna menor conforme é avaliada a participação desse público em posições hierárquicas mais elevadas e atreladas à tomada de decisões.

A primeira pesquisa global sobre a representação das mulheres no mais alto nível da comunidade

científica mostra que menos de um oitavo dos membros de academias de ciências de todo o mundo são mulheres (Gibney, 2016).

Quando da criação da SBPC no final da década de 1940, o cenário político mundial era do pós-guerra, quando se estava definindo os contornos da Guerra Fria e a hegemonia norte-americana se impôs, fundamentalmente, na América Latina. Era difundido o modo de vida americano contra o comunismo. Na década de 1950, no Brasil aconteceram dois momentos políticos fundamentais: Estado Novo e o Golpe de 64, com resistência, tendo a SBPC, enquanto instituição científica sido um destes focos de resistência. De fato nessa década a hegemonia do poder masculino na sociedade ficou evidente, porque os autoritarismos acentuam o modelo patriarcal, que legitima a autoridade do homem na sociedade (SAFFIOTI, 2001).

De fato a presidência da SBPC vai ser assumida por uma mulher (Carolina Bori), pela primeira vez, no biênio 1987-1989, numa outra conjuntura e período histórico brasileiro, após o movimento das Diretas Já, ocorrido em 1983-1984, que reivindicou por eleições presidenciais diretas no Brasil. Assim são mulheres entrando no espaço público e nos espaços de saber. O caminho ficou aberto e posteriormente, por dois mandatos seguidos (1999-2001 e 2001-2003), Glaci Zancan ocupou o cargo máximo da SBPC e atualmente, a presidente Helena Nader, em seu

terceiro mandato (2011-2013, 2013-2015, 2015-2017).

Algumas questões que possibilitam problematizar o acesso restrito de mulheres nas Gestões da SBPC, pode ser agrupada na desigualdade nas relações de poder; na naturalização da caracterização polarizada entre esfera pública pertencentes aos homens e a esfera privada lugar das mulheres; e a suposta racionalidade do saber científico dissociado da suposta subjetividade do senso comum.

Sobre a invisibilidade da mulher na Ciência, Silva (2008, p.136) informa que desde suas origens a Ciência Moderna “é uma ciência masculina, androcêntrica, branca, ocidental”, destaca ainda questões relacionada à classe social, e a legitimação do discurso de sua supremacia sobre todos os outros saberes.

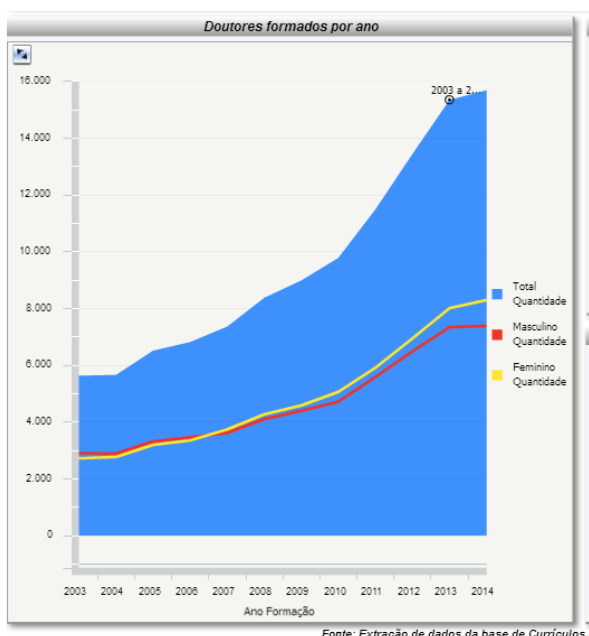
A autora, discorre que o discurso científico é sócio histórico, com implicações relacionadas a tempo e espaço, influenciado por interesses políticos, econômicos e sociais que refletem nas questões de gênero e raça (SILVA, 2008, p. 135).

E importante chamar a atenção para o aporte feminista às transformações em curso no campo da formação de doutores/as, pois segundo estatística da Plataforma Lattes, o número de mulheres doutoras nos países, superou o de

homens durante o período de 2007 a 2014 (Figura 2).

No seu livro Reivindicações dos direitos da Mulher, da crítica literária e tradutora inglesa Mary Wollstonecraft, publicado em 1792, que é considerado o documento fundador do feminismo e cuja obra exerceu forte influência no nascimento do movimento feminista brasileiro, a principal bandeira de Mary Wollstonecraft e que foi encampada pelas brasileiras, foi o direito à educação. Nesse aspecto e considerando a evolução do número de doutoras formados no país, o terreno foi fértil para o acesso à educação pelas mulheres.

Fig.2 Número de doutores/as formados no Brasil por gênero, durante o período de 2003 a 2014.

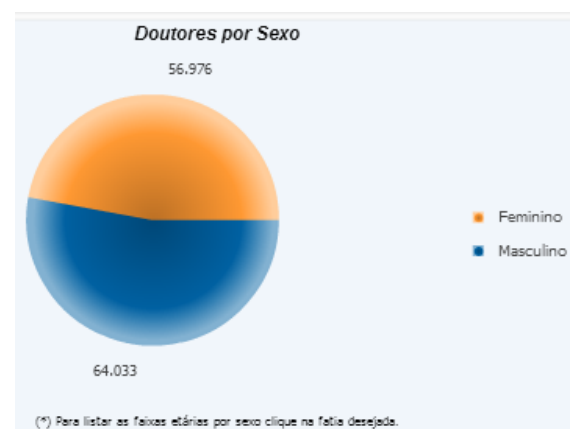


Observando-se a evolução da formação de doutores/as no Brasil, verifica-se que foi

precisamente em 2007 que o número de mulheres (3.741) ultrapassou o dos homens (3.619), mantendo-se ascendente até a contagem feita em 2014 (8.300 e 7.396), respectivamente.

Com relação à distribuição geral por sexo, feita em 31.01.2015, o número de mulheres representou 47,08%, enquanto o percentual masculino foi de 52,91%, o que em números absolutos representam 56.976 e 64.033 respectivamente, ocorrendo certo equilíbrio em termos de números de doutores/as no país com relação a gênero (Fig.3).

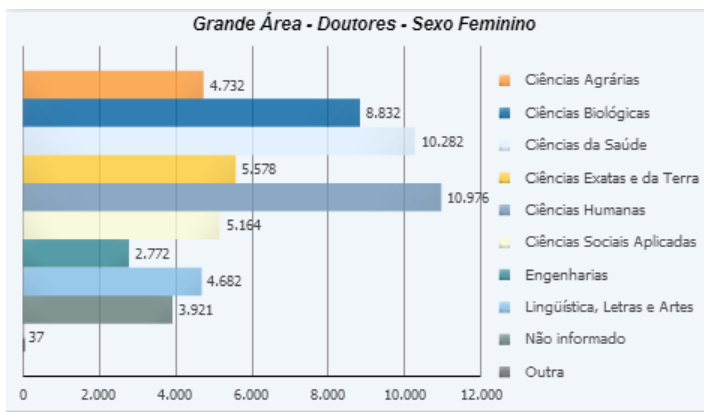
Figura 3 Distribuição por sexo dos/as doutores/as brasileiros de acordo com a extração de dados da base de Currículos Lattes em 31.01.2015



Quando se observa a distribuição de mulheres com doutorado, por grandes áreas de conhecimento, existe o maior número absoluto (10.976) na área de ciências humanas, mas logo em seguida vem à área da saúde, onde as mulheres participam com 10.282, seguidas da área biológica (8.832) e em quarto lugar encontra-se a área de Ciências Exatas e da Terra

(5.578). A Fig 4 mostra que ainda a área de Engenharia possui a menor participação feminina.

Figura 4. Distribuição das doutoras por grandes áreas do conhecimento



Comentarios finais

As estatísticas mostradas anteriormente apontam que, se por um lado, as mulheres têm conseguido participar em atividades C&T no Brasil, conquistando o título de doutoras em diversas áreas do conhecimento, por outro, ainda existem barreiras que dificultam o acesso aos cargos e posições de destaque e reconhecimento.

Os dados comprovam a inserção das mulheres na educação, na pesquisa, no mercado de trabalho. No entanto, há necessidade de fomentar políticas públicas, como por exemplo, o Programa Mulher e Ciência em vigor desde 2005, cuja relevância consiste na possibilidade de fomentar os estudos de mulheres, sobre mulheres e para mulheres. Uma população significativa da comunidade científica que inclui

quase a metade de profissionais com título de doutorado no Brasil, tenha acesso a setores estratégicos para o país.

Neste contexto, o Programa Mulher e Ciência criado e consolidado a partir do trabalho realizado por um grupo interministerial composto pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Educação (MEC), atua com a parceria da ONU Mulheres. Consiste em uma das primeiras ações no Brasil no sentido de romper com a invisibilidade das mulheres nas ciências no País.

Uma das publicações deste Programa consiste no prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, que tem contribuído na produção científica e no debate sobre relações de gênero, mulheres e feminismos no Brasil.

Outras importantes contribuições do Projeto Mulher e Ciência consistem na publicação *Pioneiras da Ciência no Brasil*, atualmente em sua 5ª Edição, resgatou a história de vida de 70 mulheres cientistas. A primeira Edição - *Jovens Pesquisadoras - Ciência também é coisa de mulher*, na qual foram selecionadas vinte e duas pesquisadoras com menos de quarenta anos e bolsistas de Produtividade em Pesquisa, nível 1, que representam 0,2% do total de bolsas PQ femininas no Brasil.

As ações do Projeto Mulher e Ciência caracterizam-se por visibilizar a história das mulheres na produção

do conhecimento e com isso influenciar as novas gerações, o que poderá resultar no acesso e contribuição diferenciada das mulheres em instituições científicas nos espaços de poder e decisão no futuro.

Os dados sobre a SBPC demonstraram que as mulheres nos espaços de poder e decisão da SBPC estão além dos resultados da primeira pesquisa global sobre a representação das mulheres no mais alto nível da comunidade científica que é inferior a um oitavo dos membros. Este fato situa-se na mão dos dados relativos a evolução da formação de doutores/as no Brasil, pois precisamente em 2007 o número de mulheres (3.741) ultrapassou o dos homens (3.619), mantendo-se ascendente. Entretanto, um longo caminho ainda será preciso percorrer na construção da igualdade de gênero.

Esta pesquisa ao visibilizar a história das mulheres na ciência evidenciou lacunas destas atrizes sociais nos espaços de poder e decisão, apesar da evolução de participação feminina apontada nos dados estatísticos sobre formação acadêmica, visibiliza também a participação crescente de mulheres no ensino superior, o que indica mudanças na inserção desse contingente no mercado de trabalho e uma vez bem qualificadas poderão vir a romper as barreiras e desigualdades no acesso a cargos e posições hierárquicas, na construção de transversalidade de gênero.

Referências Bibliográficas

ALVES, José Eustáquio Diniz. CAVENAGHI, Suzana Marta. 2013. Indicadores de Desigualdade de Gênero no Brasil. Dossiê Análises Quantitativas e Indicadores Sociais. V18.n1. 83-105.

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Apresentação do Programa Mulher e Ciência. Disponível em <<http://cnpq.br/apresentacao-mulher-e-ciencia>>.

GIANNAZI, Carlos. Marcha contra o saber: o golpe militar de 1964 e o AI-5 na Universidade de São Paulo, Global Editora, 176p. 2014.

GIBNEY, Elizabeth . Women-under-represented in world's science academies. *Nature* (Online) February, 2016.

HARDING, Sandra. *Ciencia y Feminismo*. Madrid: Ediciones Morata, S.L. , 1996.

HILL, Catherine; CORBERTT, Christianne; ROSE, Andresse St. 2010. Why so Few? Women in Science, Technology, Engineering and Mathematics. AAUW, Washington DC, EUA. 134p.

KELLER, Evelyn Fox. Reflexiones sobre Género y Ciencia. Tradução de Ana Sánchez. Valencia: Ed. Alfons el Magnànim, 1991.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. *Estudos Avançados* 17 (49), São Paulo, 2003, pp. 271-283.

LOPES, Maria Margaret. “Aventureiras” nas Ciências. Cadernos Pagu (10), Campinas/SP, 1998: pp.345-368.

MELO, Hildete e RODRIGUES, Lígia. Mulheres e Ciência: uma história necessária. Pioneiras da Ciência. Estudos Feministas 14(3): 272, Santa Catarina, 2006, pp. 819-841.

SAFFIOTI ,Heleieth I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cad. Pagu no.16 Campinas 2001. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100007>.

SBPC Fundação e Primeiros Movimentos 1948-1958. Seleção de documentos do Arquivo Histórico da SBPC. Projeto Memória SBPC. Disponível em <<http://www.sbpnet.org.br/site/publicacoes/outras-publicacoes/cadernos-da-sbpc.php>>.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1991.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. A (IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES NO CAMPO CIENTÍFICO. In Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.30, p.133-148, jun.2008.